

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO GAÚCHA*

*Achyles Barcelos da Costa***

1 – Introdução

Uma tese aceita no pensamento econômico brasileiro é a de que 1930 representa um ponto de inflexão no padrão de desenvolvimento da economia do País. Até então, o crescimento da economia estava baseado no que se convencionou denominar de “modelo primário-exportador”. Primário porque a produção consistia de alguns produtos (café, açúcar, algodão, etc.) provenientes desse setor de atividade, e exportador porque a variável que dava dinamismo à economia eram as exportações. Dado que esta última variável é básica para o processo de acumulação, qualquer problema que ocorra na sua realização obviamente acarreta entraves a esse processo. É o que aconteceu em 1930, quando, devido à queda de nossas receitas de exportação, em decorrência da diminuição da demanda de café pelos importadores, a economia entrou em crise. Funcionando o setor externo como variável de ajuste entre as estruturas de oferta e demanda, a redução da capacidade para importar abriu espaço para que se produzissem internamente produtos que antes eram importados. Essas importações consistiam, em uma primeira etapa, de produtos industriais que atendiam à demanda de consumo do setor exportador; e, em um segundo momento, de máquinas e bens intermediários que abasteciam o setor industrial na instalação de novas empresas que viabilizassem a continuidade da produção interna de bens que antes eram importados (Tavares, 1977).

A natureza da ruptura ocorrida em 1930 é que, a partir de então, o padrão de crescimento da economia passou a ter no setor industrial uma importância cada vez mais acentuada. Isto significa que, agora, a variável básica que dá dinamismo à economia provém do setor interno da mesma, ou seja, do investimento, ao contrário do modelo primário-exportador, onde a manutenção e o crescimento da renda interna eram provenientes do setor externo.

De fato, a partir do início dos anos 30, houve um intenso desenvolvimento do setor industrial, o qual cresceu, no período 1932-39, a uma taxa média anual de

* Trabalho realizado junto ao Departamento de Planejamento (DEPLAN) da Secretaria de Coordenação e Planejamento. O autor agradece à equipe técnica do DEPLAN, isentando-a, entretanto, das falhas porventura existentes.

** Professor do Departamento de Economia da UFRGS.

11,8%, sobressaindo-se os ramos de cimento, metalurgia, papel e têxtil (Peñalver et alii, 1983). Para se ter uma dimensão do esforço de substituição de importações, basta salientar que as importações industriais, que representavam 36% do total da oferta em 1920, haviam caído para 20% em 1939 (Peñalver et alii, 1983).

Esse processo de desenvolvimento industrial pode ser visto através das taxas de crescimento desse setor comparativamente à agricultura. Na década de 20, a taxa média anual de crescimento do produto real industrial foi de 3,9%, enquanto a agricultura crescia a uma taxa semelhante, 3,7%. Nos anos 30, a diferença entre as taxas é significativa: a indústria cresceu 8,9% a.a., e a agricultura, apenas 2%.¹

O rápido crescimento industrial ocorrido a partir de 1930 significou, obviamente, uma mudança na estrutura produtiva da economia. O produto real da agricultura, que em 1920 e 1930 era 2,8 vezes o do setor industrial, passou em 1940 para 1,4 vezes o mesmo, e em 1950 o índice do produto real do setor industrial já era maior do que o da agricultura. Assim, em 1949, a participação da indústria na renda nacional já superava a da agricultura, sendo as participações, respectivamente, 26,5% e 24,5%.²

Essa alteração na estrutura produtiva da economia também estava ocorrendo dentro do próprio setor industrial. Os ramos produtores de bens intermediários e de capital, onde é mais intensa a substituição de importações, passaram a ter um peso crescente na composição do produto industrial. Assim, em 1939, a composição era de 68% para os bens de consumo e 32% para os bens de produção, e, em 1964, essas participações eram de 43% e 57% respectivamente (Castro, 1971, v.2). A partir da metade dos anos 50, houve um desenvolvimento da indústria brasileira, crescendo a uma taxa média anual de 10,3% no período 1959-80. Essa "performance" do setor o qualifica como aquele que comanda o processo de acumulação da economia brasileira e que colocou o Brasil no posto de oitavo PIB do ranking mundial.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, a formação de sua economia é diferente da que ocorreu no centro do País. Inicialmente, a ocupação do território gaúcho deveu-se a uma questão militar, ou seja, garantir o domínio de Portugal frente às tentativas de invasões por parte dos espanhóis. A seguir, a integração do Rio Grande ao centro do País deu-se através do abastecimento de carne seca e animais de transporte (mulas) à atividade mineradora que se instalava em Minas Gerais. Ao entrar em decadência essa atividade mineira e florescer a agricultura cafeeira, o Rio Grande voltou a se integrar ao mercado nacional através da exportação de charque e trigo (Schneider,).

¹ Taxas calculadas a partir dos dados de Zerkowski & Veloso (1982).

² É difícil precisar o ano em que ocorreu a supremacia da indústria em relação à agricultura na geração da renda, devido às discrepâncias e precariedade dos dados estatísticos das diferentes publicações. A informação apresentada tem a finalidade apenas de salientar a importância do setor industrial.

Embora essas atividades propiciassem um certo dinamismo à economia gaúcha, elas não eram suficientes para permitir o surgimento de um setor industrial mais complexo, pois os produtos exportados para o pólo dinâmico da economia recebiam apenas um beneficiamento, com baixa transformação industrial. Foi somente através da agricultura colonial³ que se iniciou um processo de industrialização mais intenso no Estado. Essa atividade industrial agora estava ligada ao

“(. . .) aproveitamento das matérias-primas providas tanto da pecuária (curtumes, selarias e sapatarias), como da produção agrícola local (vinho, vinagre, conservas alimentícias, beneficiamento de erva-mate, banha, farinha de trigo e de mandioca)” (Schneider, . . .).

Portanto, como diz A. B. Castro (1972), a economia gaúcha voltou-se sempre para o abastecimento do mercado interno, seja na época em que sua principal atividade era a pecuária, seja à época onde a agricultura colonial dava o maior dinamismo à economia. Isto, como já se disse, significou uma indústria calcada eminentemente na produção de bens de consumo não duráveis, pelo aproveitamento das matérias-primas de base local.

Embora tenha ocorrido uma industrialização no Estado, ela não se deu de molde a fazer com que se sobressaísse à agricultura como atividade que gera a maior fração da renda estadual. De fato, o processo de industrialização que ocorreu no Brasil a partir de 1930 teve no Rio Grande do Sul uma intensidade que não levou a sua indústria a ter uma participação na geração de renda como a sua congênera a nível nacional. As Tabelas 1 e 2 a seguir mostram que a agricultura gaúcha teve sempre uma participação na formação da renda interna estadual muito maior do que a agricultura a nível nacional.

Nota-se também, pelas informações estatísticas apresentadas, que a indústria gaúcha passou a ter uma predominância na geração da renda em uma época posterior à da economia brasileira. Como já se fez referência anteriormente, a indústria gaúcha teve uma forte ligação com o setor agrícola. Isto se manifesta na sua estrutura industrial. O setor produtor de bens de consumo não duráveis sempre teve, no Rio Grande do Sul, uma proporção na geração do produto industrial muito superior ao seu equivalente a nível nacional, conforme ilustra a Tabela 3.

³ A agricultura colonial surgiu com a vinda dos imigrantes alemães e italianos que se instalaram na serra gaúcha, por volta do início do século passado.

Tabela 1

Estrutura do Produto Interno Líquido a custo de fatores, por setores de atividade econômica, do Rio Grande do Sul e do Brasil – 1947-70

(%)

ANOS	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1947	40,9	14,7	44,4	31,3	18,7	50,0
1948	39,0	16,3	44,7	31,1	19,4	49,5
1949	38,0	16,7	45,3	30,5	20,0	49,5
1950	37,7	17,8	44,5	29,1	20,9	50,0
1951	37,7	17,8	44,5	27,6	21,0	51,4
1952	37,8	17,3	44,9	27,7	20,3	52,0
1953	37,8	18,3	43,9	27,1	21,5	51,4
1954	37,5	17,5	45,0	26,6	21,2	52,2
1955	37,8	17,1	45,1	26,8	21,9	51,3
1956	38,5	17,0	44,5	25,3	22,8	51,9
1957	34,2	17,0	48,8	25,6	22,3	52,1
1958	32,2	19,3	48,5	24,3	24,0	51,7
1959	33,1	20,1	46,8	24,2	25,5	50,3
1960	28,4	20,9	50,7	23,2	25,4	51,4
1961	27,1	21,3	51,6	22,6	25,5	51,9
1962	29,9	20,6	49,5	22,6	26,1	51,3
1963	29,5	20,0	50,5	22,5	25,8	51,7
1964	29,1	20,2	50,7	22,2	26,3	51,5
1965	32,3	19,0	48,7	24,5	24,4	51,1
1966	29,8	19,2	51,0	22,6	26,0	51,4
1967	30,1	18,7	51,2	22,8	25,5	51,7
1968	28,8	20,0	51,2	21,1	27,0	51,9
1969	30,8	19,1	50,1	20,6	27,4	52,0
1970	30,3	18,7	51,0	19,8	27,8	52,4

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1975). **Uma visão global da economia do Estado**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 1). p. 57 e 59.

NOTA: Composição percentual a preços de 1949.

Tabela 2

Estrutura do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por setores de atividade econômica, do Rio Grande do Sul e do Brasil – 1970-1985

(%)

SETORES	1970		1975		1980		1985	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Agricultura .	19,6	12,6	18,0	12,4	15,4	10,0	13,2	–
Indústria . . .	26,6	30,6	31,0	31,6	31,3	38,3	29,1	–
Serviços . . .	53,8	56,8	51,0	56,0	53,3	51,7	57,7	–
TOTAL .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	–

FONTE: RS – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1987). Contas regionais, produto interno do Rio Grande do Sul: 1970-1985. Porto Alegre.

BR – CONJUNTURA ECONÔMICA (1987). Contas nacionais 1970-1980. Rio de Janeiro, FGV, 41(5):58-72, maio.

Tabela 3

Evolução da estrutura industrial, por categorias de uso, das indústrias gaúcha e brasileira – 1959-1980

(%)

CATEGORIAS DE USO	1959		1970		1975		1980	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Bens de consumo duráveis	6,5	6,9	6,7	10,2	5,4	9,6	6,5	8,6
Bens de consumo não duráveis	64,5	49,7	51,8	42,4	39,1	33,6	40,2	29,8
Bens de capital	3,0	9,1	8,0	9,8	13,4	13,8	10,9	13,4
Bens intermediários . . .	26,0	34,3	33,5	37,6	42,1	43,0	42,0	48,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: COSTA, Achyles B. da & PASSOS, Maria C. (1987). Crescimento e crise na indústria gaúcha: 1959-85. Ensaio FEE, Porto Alegre, 8(1):3-20. p. 7.

No entanto a indústria gaúcha tem apresentado um dinamismo equivalente ao da indústria brasileira.⁴ As taxas médias anuais de crescimento dessas duas indústrias, no período 1959-80, têm girado em torno de 10,3%, o que significa dobrar o parque industrial em apenas sete anos. Nota-se, pela Tabela 3, que em 1975 ocorreu um ponto de inflexão nas estruturas industriais gaúcha e brasileira. As indústrias de bens de consumo não duráveis, que tinham a maior participação na geração do valor bruto da produção industrial, cedem lugar para o setor produtor de bens intermediários.⁵

Assim, desde o período de industrialização mais intensa da economia brasileira, que ocorreu a partir dos anos 30, pode-se dizer que a economia gaúcha tem acompanhado o desempenho daquela economia, embora apresente as suas especificidades no crescimento e nas formas de inserção dentro da divisão regional do trabalho. No **Apêndice estatístico**, Tabelas 1, 2 e 3, constata-se que a economia gaúcha tem mantido a sua participação no PIB nacional em torno de 8%, o mesmo ocorrendo com o seu parque industrial, cuja participação gira ao redor dos 7,5%.

Tendo em vista a constância da participação gaúcha na economia nacional, no que se refere tanto ao PIB global como aos setores industrial e agrícola (sendo que este último tem visto diminuída a sua participação), e dado que cada vez mais se homogeneiza o espaço econômico, no sentido de que os capitais fluem por todo o espaço nacional na busca de sua maior valorização, as soluções para os problemas com que se defronta a economia sulina, bem como o seu padrão de crescimento, não são independentes do que ocorre (ou que venha a ocorrer) a nível da economia brasileira.

A seguir far-se-á uma análise de algumas características da industrialização gaúcha. Como foi referido no parágrafo acima, o desempenho desse setor da economia do Rio Grande do Sul não pode ser dissociado do que ocorre no Brasil. Por isso, as análises feitas tomam como comparação o equivalente nacional.

2 -- Industrialização e absorção de mão-de-obra

A partir da criação, em 1949, da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), estabeleceu-se uma discussão nas economias latino-americanas sobre as formas de superar o atraso crônico de seus países e propiciar um nível de vida digno para as suas populações. Com isso visava-se acabar com o analfabetismo, a miséria, enfim, com aquelas condições que colocavam esses países dentre os de mais baixos padrões de vida mundiais.

⁴ Sobre o comportamento dessas indústrias durante os ciclos industriais, ver Costa & Passos (1987).

⁵ Note-se que isso não significa afirmar que é esse setor que comanda o crescimento do produto industrial. De um modo geral, poder-se-ia dizer que ele é um setor reflexo, isto é, que tem o seu crescimento subordinado ao desempenho dos setores de bens de consumo e de bens de capital.

A solução preconizada pelos economistas da CEPAL estava na intensificação da industrialização, a qual já vinha se firmando desde a década de 30. A *rationale* dessa proposição é a de que todos os países que eram desenvolvidos eram industrializados e de que havia uma forte associação positiva entre o nível de renda e o grau de industrialização de um país. Além do mais, constatou-se que os produtos agrícolas têm uma baixa elasticidade-renda da demanda, ao contrário dos produtos industriais. Isso significaria um crescimento baixo ou moderado para os países que se especializassem na produção de produtos primários, pois, para um dado crescimento da renda, o crescimento da produção de produtos agrícolas seria numa proporção menor do que aquele acréscimo de renda.

Essa tese se opunha frontalmente às teorias das vantagens comparativas, as quais afirmavam que os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos onde apresentassem vantagens relativas de custos. Assim, aos países da América Latina estaria reservada a condição de “celeiro do mundo” (ou realizando a sua “vocação agrícola”), maneira pela qual se inseririam na divisão internacional do trabalho. Acrescenta-se que, segundo ainda essas teorias, a liberação da mão-de-obra do setor agr col, em decorrência da modernização do campo, seria absorvida pelos países industrializados. Essa proposição estava alicerçada na hipótese de que haveria perfeita mobilidade dos chamados “fatores de produção”.⁶ Ocorre que a experiência demonstrou que a população dispensada do campo se deslocou para os centros urbanos   procura de emprego e de melhores condições de vida.

Como se sabe, a partir de 1930, houve no Brasil um processo de industrialização, tendo o setor industrial assumido o comando da acumulação de capital após a II Guerra Mundial. No entanto, até por volta de 1960, o crescimento do produto industrial não se fez acompanhar proporcionalmente pelo crescimento do emprego industrial. A explicação para esse fato era devida, segundo alguns economistas (Tavares, 1977),   alta densidade de capital requerida pela industrialização substitutiva. Dado que a tecnologia utilizada era importada de economias cujas dotações de “fatores de produção” levavam   menor utilização de mão-de-obra, isso, aplicado aos países subdesenvolvidos — com abundância de força de trabalho —, tendia a gerar um excedente de população ativa não absorvido pela indústria. Essa observação estava baseada também na comparação entre os padrões de desenvolvimento industrial dos países desenvolvidos e os dos subdesenvolvidos. Naqueles a participação do emprego industrial no emprego total era semelhante   participação do setor industrial no PIB total. Nos últimos, ocorria, como já se disse, uma assimetria, com a participação do emprego industrial não acompanhando a do produto. As Tabelas 4 e 5 mostram as estruturas do emprego e do produto, por categorias econ micas, para diversos países. V -se que, em 1960, os países industrializados tinham, em sua estrutura do emprego, a participação de 38% para o emprego industrial, enquanto a

⁶ O que não se verifica na realidade, devido a condições culturais, de idioma, clima, etc.

participação do produto industrial no PIB era de 40%. Já no caso dos países de renda média, essas participações eram de 17% e 30% respectivamente. No que se refere ao caso brasileiro, as proporções eram de 15% para o emprego industrial e de 35% para o produto industrial.

O comportamento dessas variáveis até então gerou a percepção de que a industrialização no Brasil era incapaz de, por si só, absorver a mão-de-obra que ingressava no mercado de trabalho, aquela que era expulsa do campo devido à sua tecnificação e ao desemprego estrutural de sua mão-de-obra não qualificada (IPEA, 1968; Mata, 1978). Dentre as alternativas para a solução desse problema estava a absorção desse excedente populacional pelo setor serviços e/ou pelo setor estatal nos programas de obras públicas, embora se admitisse que, dada a dependência tecnológica, mesmo esses setores teriam poucas chances de alterar o quadro do desemprego (Tavares, 1977).

Tabela 4

População Economicamente Ativa, por classes de atividade econômica, de países selecionados - 1960-1980

PAÍSES	AGRICULTURA			INDÚSTRIA			SERVIÇOS		
	1960	1977	1980	1960	1977	1980	1960	1977	1980
Países de baixa renda	77,0	73,0	71,0	9,0	13,0	15,0	14,0	14,0	15,0
Países de renda média	59,0	46,0	44,0	17,0	22,0	22,0	24,0	32,0	34,0
Brasil	52,0	45,0	30,0	15,0	20,0	24,0	33,0	38,0	46,0
México	55,0	34,0	36,0	20,0	25,0	26,0	25,0	41,0	38,0
Argélia	67,0	35,0	25,0	12,0	18,0	25,0	21,0	47,0	50,0
Argentina	20,0	14,0	13,0	36,0	29,0	28,0	44,0	57,0	59,0
Portugal	44,0	27,0	24,0	29,0	36,0	36,0	27,0	37,0	40,0
Iugoslávia	64,0	42,0	29,0	23,0	34,0	35,0	13,0	24,0	36,0
Grécia	56,0	40,0	37,0	20,0	27,0	28,0	24,0	33,0	35,0
Espanha	42,0	19,0	15,0	31,0	42,0	40,0	27,0	39,0	45,0
Países industrializados	17,0	7,0	6,0	38,0	38,0	38,0	45,0	55,0	56,0
Itália	31,0	13,0	11,0	40,0	47,0	45,0	29,0	40,0	44,0
Reino Unido	4,0	2,0	2,0	48,0	43,0	42,0	48,0	55,0	56,0
Japão	33,0	14,0	12,0	30,0	37,0	39,0	37,0	49,0	49,0
França	22,0	10,0	8,0	39,0	41,0	39,0	39,0	49,0	53,0
Irlanda	36,0	21,0	19,0	25,0	36,0	37,0	39,0	43,0	44,0
Alemanha	14,0	5,0	4,0	48,0	48,0	46,0	38,0	47,0	50,0
Canadá	13,0	6,0	5,0	35,0	30,0	29,0	52,0	64,0	66,0
Estados Unidos	7,0	3,0	2,0	36,0	33,0	32,0	57,0	64,0	66,0
Suécia	14,0	5,0	5,0	45,0	37,0	34,0	41,0	58,0	61,0
Suíça	11,0	6,0	5,0	50,0	48,0	46,0	39,0	46,0	49,0
Países de planificação central	44,0	25,0	16,0	29,0	43,0	45,0	27,0	32,0	39,0
Hungria	38,0	19,0	15,0	35,0	58,0	53,0	27,0	23,0	32,0
URSS	42,0	19,0	14,0	29,0	46,0	45,0	29,0	35,0	41,0
Polônia	48,0	34,0	31,0	29,0	38,0	39,0	23,0	28,0	30,0
República Democrática									
Alemã	18,0	10,0	10,0	48,0	51,0	50,0	34,0	39,0	40,0

FONTE: BANCO MUNDIAL (). Informe sobre el desarrollo mundial 1979-1982. Washington.

Tabela 5

Estrutura do PIB, por classes de atividade econômica, de países selecionados – 1960 e 1980

PAÍSES	(%)							
	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		SERVIÇOS	
	1960	1980	1960	1980	1960	1980	1960	1980
Países de baixa renda	50	36	18	35	12	15	15	32
Países de renda média	24	15	30	40	20	19	46	45
Brasil	16	10	35	37	26	...	49	53
México	16	10	29	38	19	24	55	52
Argélia	16	06	35	57	06	14	49	37
Argentina	16	...	38	...	32	...	46	...
Portugal	25	13	36	46	29	36	36	39
Iugoslávia	24	12	45	43	36	30	31	45
Grécia	23	16	26	...	16	19	51	52
Espanha	...	08	...	37	55
Países industrializados	06	04	40	37	30	27	54	62
Itália	13	06	41	43	31	...	46	51
Reino Unido	04	02	43	35	32	22	53	63
Japão	13	04	45	41	34	29	42	55
França	10	04	38	36	29	27	52	60
Irlanda	22	...	26	52
Alemanha	06	02	53	...	40	37	41	...
Canadá	06	04	34	33	23	19	60	63
Estados Unidos	04	03	38	34	29	24	58	63
Suécia	07	03	40	32	27	23	53	65
Suíça
Países de planificação central	21	15	62	63	52	...	17	22
Hungria	24	14	69	59	59	...	07	27
URSS	21	16	62	62	52	...	17	22
Polónia	26	15	57	64	47	...	17	21
República Democrática Alema	...	09	...	70	21

FONTE: BANCO MUNDIAL (). Informe sobre el desarrollo mundial 1979-1982. Washington.

Na medida em que essa população excedente tinha que encontrar no setor urbano formas de remuneração para a sua sobrevivência, ainda nos anos 60 e 70 desenvolveram-se estudos (CEPAL, OIT) para tentar saber como essas pessoas se inseriam no sistema produtivo. A constatação foi de que elas estavam ligadas a atividades não formalmente organizadas, como biscateiros, oficinas de reparos, vendedores ambulantes, etc. Para se ter uma dimensão do tamanho do que se passou a denominar de setor informal urbano (SIU), cerca de 30% da população urbana integrou-se a essas atividades entre as décadas de 50 e 80 (Vargas, 1987). Assim, esse setor começou a desempenhar o papel de absorvedor “natural” da População Economicamente Ativa (PEA) que não encontrava postos de trabalho no setor formal, ou organizado, da economia.

Vários estudos⁷ propuseram-se então a compreender o funcionamento, a dinâmica, especificidades, funcionalidade, etc. desse setor. A proposição que perpassa alguns desses trabalhos é a de que deveriam ser estabelecidas políticas de emprego para esse setor, de modo a propiciar um maior ritmo de crescimento à economia e, assim, gerar melhores condições de vida à população, embora reconhecendo que esse setor não seria uma panacéia para os problemas do desemprego e subemprego de nossa economia.⁸

No entanto, a partir dos anos 60, houve uma intensificação da industrialização centrada nos setores produtores de bens de consumo duráveis e bens de capital. No período 1959-80, a indústria de transformação brasileira cresceu a uma taxa média anual de 10,5%. Esse crescimento do produto industrial foi acompanhado por um aumento significativo no nível do emprego, mudando o quadro que se tinha até 1960. A Tabela 6 ilustra essa situação.

Tabela 6

Estrutura da População Economicamente Ativa, por setores de atividade, no Brasil – 1940-1980

	(%)				
SETORES DE ATIVIDADE	1940	1950	1960	1970	1980
Agropecuária	67,6	60,6	54,6	44,3	29,3
Indústria	9,6	13,0	12,3	17,9	24,9
Serviços	22,8	26,4	33,1	37,8	45,8
TOTAL DA PEA ..	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1940-50-60-70-80: Brasil (1950-56-60-73-83). Rio de Janeiro, IBGE.

⁷ Existe uma extensa literatura sobre o tema. Ver entre outros: Azevedo (1981); Kowarick (1978); Prandi (1978); Souza (1980); e Lima (1980).

⁸ É o caso de Souza, citado acima.

De 1940 a 1960, a participação do emprego industrial na PEA girou em torno de 12%, tendo aumentado apenas em torno de três pontos percentuais nesse período.⁹ Nas duas décadas seguintes, a participação do emprego industrial duplicou, passando de 12,3% em 1960 para 24,9% em 1980. Esses números por si só são eloqüentes, no sentido de evidenciar o forte dinamismo do setor industrial na criação de postos de trabalho, bem como pôr em relevo as profundas modificações que ocorreram na estrutura produtiva da economia brasileira, com suas implicações sociais, culturais, políticas, etc.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, também nesse aspecto a economia gaúcha tem acompanhado o desempenho nacional. A Tabela 7 mostra a estrutura do emprego gaúcho.

Tabela 7

Estrutura da População Economicamente Ativa, por setores de atividade, no Rio Grande do Sul – 1940-1980

	(%)				
SETORES DE ATIVIDADE	1940	1950	1960	1970	1980
Agropecuária	65,8	60,6	53,4	46,0	28,2
Indústria	8,9	11,6	12,8	16,7	25,4
Serviços	25,3	27,8	33,8	37,3	46,4
TOTAL DA PEA . .	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1940-50-60-70-80: Rio Grande do Sul (1950-55-60-73-83). Rio de Janeiro, IBGE.

Constata-se, também, que, no Rio Grande do Sul, até 1960 o emprego industrial mantinha um desempenho modesto na absorção da força de trabalho. Enquanto o setor agropecuário decrescia 12,4 pontos percentuais na sua participação, o setor industrial aumentava apenas quatro pontos. A partir de 1960, houve uma radical mudança na estrutura ocupacional, tendo o emprego industrial dobrado a sua participação no total. É de se ressaltar a drástica redução do setor agropecuário, que, de 46% do emprego em 1970, baixou para 28,2% em 1980. Em termos abso-

⁹ Como já se referiu, esse era o motivo da concepção de que a indústria apresentava um fraco desempenho na absorção de mão-de-obra.

lutos, houve inclusive redução de postos de trabalho nesta última década, passando de 1.044.760 para 903.641 empregados.¹⁰

A se manter o desempenho dos diferentes setores de atividade econômica no que se refere à absorção de mão-de-obra, é de se esperar que a agropecuária tenda cada vez mais a acentuar a destruição de postos de trabalho. Mesmo que isso não venha a ocorrer, dificilmente esse setor irá ultrapassar a sua taxa histórica de crescimento do emprego, que tem estado em torno de 1% a.a. no período de 1940-80, o que nem mesmo acompanharia o crescimento vegetativo da população.

No que se refere ao emprego industrial, os dados, tanto a nível de Brasil como de Rio Grande do Sul, mostram que houve uma inflexão a partir dos anos 60, em que esse setor passou a desempenhar um papel importante na absorção da força de trabalho. Este é um fato novo que recoloca a questão de se se absorveria a população excedente apenas pelo estímulo às atividades chamadas informais. Ao que parece, o setor industrial ainda continuará a incorporar em suas atividades parte da População Economicamente Ativa. Ainda sobre esse assunto, é ilustrativo verificar o que ocorreu nos últimos anos com os países desenvolvidos em suas estruturas ocupacionais. A Tabela 8 dá a estrutura ocupacional dos países da OCDE para o período 1971-85. As informações da tabela são apenas indicadoras da tendência, pois os dados para alguns países, em alguns anos, são repetidos.

Tabela 8

Emprego, por classes de atividade econômica, nos países da OCDE - 1971-1985

PAÍSES	a) agricultura													
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1983	1985	
Alemanha	8,4	7,5	7,5	7,3	7,3	7,1	6,8	6,5	6,2	6,0	5,5	5,6	5,6	
Austrália	8,0	7,8	7,2	6,9	6,7	6,4	6,6	6,4	6,5	6,5	6,5	6,6	6,2	
Áustria	17,3	16,4	16,1	13,0	12,5	12,4	11,8	10,9	10,7	10,5	10,2	9,9	8,5	
Bélgica	4,4	4,2	3,9	3,7	3,6	3,4	3,3	3,2	3,2	3,0	3,0	3,0	3,0	
Canadá	7,5	6,9	6,5	6,3	6,1	5,9	5,7	5,7	5,7	5,5	5,5	5,5	5,3	
Dinamarca	10,9	9,8	9,5	9,6	9,8	9,3	9,1	8,7	8,3	8,1	7,4	7,4	6,7	
Espanha	28,6	27,6	26,5	23,1	21,9	21,5	20,7	20,2	19,4	18,9	18,2	18,0	18,0	
Estados Unidos	4,3	4,2	4,1	4,1	4,0	3,8	3,6	3,7	3,6	3,6	3,5	3,5	3,3	
Finlândia	21,2	18,9	17,1	16,3	14,9	13,9	12,9	12,3	11,8	11,6	11,1	12,7	12,2	
França	13,4	12,7	12,2	11,6	11,3	10,8	9,6	9,1	8,8	8,8	8,6	8,1	7,9	
Grécia	37,3	37,3	34,1	36,2	35,4	34,3	28,4	27,3	30,8	29,7	30,7	30,0	29,4	
Irlanda	26,5	25,7	25,1	24,3	24,5	23,8	23,1	22,2	19,7	19,2	17,7	17,1	16,6	
Islândia	18,8	18,5	15,9	15,5	15,6	15,1	14,2	13,3	12,7	12,0	11,7	11,2	10,6	
Itália	19,5	18,2	17,4	16,6	15,8	15,5	15,9	15,5	14,8	14,2	13,4	12,4	11,9	
Japão	15,9	14,8	13,4	12,9	12,7	12,2	11,9	11,7	11,2	10,4	10,0	9,3	8,9	
Luxemburgo	10,2	9,6	9,0	6,4	6,2	6,1	5,9	5,7	5,7	5,7	5,6	5,6	4,4	
Noruega	13,9	12,3	11,4	10,5	10,2	9,4	9,0	8,7	8,6	8,5	8,5	7,5	7,1	
Países Baixos	6,9	6,9	6,8	6,6	6,6	6,5	6,3	6,2	6,0	6,0	5,0	5,1	5,0	
Portugal	31,1	30,6	28,8	28,2	28,2	28,1	32,5	31,3	30,6	28,4	26,1	25,9	24,5	
Reino Unido	2,7	3,1	3,0	2,8	2,7	2,7	2,7	2,7	2,6	2,6	2,8	2,7	2,6	
Suécia	7,8	7,4	7,1	6,7	6,4	6,2	6,1	6,1	5,8	5,6	5,6	5,4	5,1	
Suíça	7,6	7,2	7,3	7,6	7,9	8,2	8,5	8,4	7,4	7,2	7,0	7,1	6,7	
Turquia	71,5	69,4	63,4	64,1	62,8	63,1	55,8	60,9	60,7	60,4	60,1	58,9	58,2	
Nova Zelândia	-	12,4	12,1	12,0	11,9	11,8	11,6	11,6	10,2	11,0	11,2	11,4	11,2	

(continua)

¹⁰ Para o Brasil, esses números são 13.090.358 em 1970 e 12.661.017 em 1980.

Tabela 8

Emprego, por classes de atividade econômica, nos países da OCDE - 1971-1985

b) indústria													(%)
PAÍSES	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1983	1985
Alemanha	50,1	50,4	49,5	47,6	46,0	45,1	45,3	45,1	44,9	44,8	43,5	42,0	41,3
Austrália	38,8	35,7	35,5	35,1	33,8	33,2	32,5	31,6	31,3	31,0	30,6	28,5	28,1
Áustria	41,9	41,0	40,1	41,0	40,9	40,1	40,6	40,6	40,5	40,3	40,0	38,8	37,3
Bélgica	44,2	43,3	43,3	41,2	39,9	39,0	37,9	36,6	35,5	34,8	33,4	30,9	30,3
Canadá	31,0	30,9	31,3	31,1	29,3	29,7	28,9	28,7	28,9	28,5	28,3	25,5	25,9
Dinamarca	37,2	34,2	33,8	32,3	31,5	31,4	30,4	30,3	30,0	28,6	29,3	28,3	26,8
Espanha	37,5	37,7	38,0	37,2	38,5	37,1	37,4	37,3	36,4	36,1	35,2	33,5	32,7
Estados Unidos	31,0	31,0	31,7	31,1	29,0	28,9	28,9	31,2	31,4	30,6	30,1	28,0	28,5
Finlândia	35,2	35,6	35,7	36,1	36,1	34,7	34,8	34,4	34,4	34,4	34,8	33,2	32,6
França	38,6	38,5	39,3	39,2	38,6	38,1	37,7	37,1	36,2	35,9	35,2	33,8	33,0
Grécia	24,6	24,6	25,7	27,8	28,2	29,0	30,3	30,7	30,0	30,0	29,0	28,6	27,8
Irlanda	30,9	30,3	30,7	31,1	29,8	29,8	30,3	30,9	32,3	32,4	31,7	29,7	29,2
Islândia	36,8	37,0	37,5	37,8	37,1	37,6	37,9	37,9	37,3	37,9	37,4	37,1	36,8
Itália	44,1	44,3	44,0	44,1	44,1	43,5	38,6	38,3	37,7	37,8	37,5	36,1	34,5
Japão	36,0	36,3	37,2	37,0	35,8	35,8	35,4	35,0	34,9	35,3	35,3	34,8	34,8
Luxemburgo	47,3	47,9	48,6	49,2	47,3	46,3	45,1	43,1	38,6	38,4	37,3	38,1	33,6
Noruega	37,3	34,1	33,9	34,2	34,3	33,1	32,3	31,6	30,1	29,7	29,8	28,1	28,3
Nova Zelândia	-	34,2	34,7	34,7	34,2	34,2	34,6	34,6	33,7	33,6	32,7	32,9	32,1
Países Baixos	38,0	36,0	36,2	35,5	34,8	33,7	33,2	32,5	32,0	31,9	30,2	27,8	26,9
Portugal	36,3	36,6	33,8	33,6	33,6	33,3	33,1	34,8	35,0	35,7	36,5	37,1	34,8
Reino Unido	45,7	42,7	42,3	42,3	40,9	40,0	40,0	39,7	39,0	38,0	36,3	33,6	32,9
Suécia	37,6	36,8	36,8	37,0	36,5	35,4	34,3	33,0	32,5	32,2	31,3	29,9	29,8
Suíça	48,3	47,5	46,2	47,0	45,0	43,9	42,7	42,7	39,3	39,5	39,3	37,6	37,7
Turquia	11,8	12,4	15,1	14,8	15,3	15,5	13,6	16,5	16,3	16,3	16,4	16,6	17,0

c) serviços													(%)
PAÍSES	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1983	1985
Alemanha	41,5	42,1	43,0	45,1	46,7	47,8	47,9	48,4	48,9	49,2	51,0	52,4	53,1
Austrália	53,2	56,5	57,3	58,0	59,5	60,4	60,9	62,0	62,2	62,5	62,9	64,9	65,7
Áustria	40,8	42,6	43,8	46,0	46,6	47,5	47,6	48,5	48,8	49,2	49,8	51,3	54,2
Bélgica	51,4	52,5	52,8	55,1	56,5	57,6	58,8	60,2	61,3	62,2	63,6	66,1	66,7
Canadá	61,5	62,2	62,2	62,6	64,6	64,4	65,4	65,6	65,4	66,0	66,2	69,0	68,8
Dinamarca	51,9	56,0	56,7	58,1	58,7	59,3	60,5	61,0	61,7	63,3	63,3	64,3	66,5
Espanha	33,9	34,7	35,5	39,7	39,6	41,4	41,9	42,5	44,2	45,0	46,6	48,4	49,3
Estados Unidos	64,7	64,8	64,2	64,8	67,0	67,3	67,5	65,1	65,0	65,8	66,4	68,5	68,2
Finlândia	43,6	45,5	47,1	47,6	49,0	51,4	52,3	53,3	53,8	54,0	54,1	54,2	55,2
França	48,0	48,8	48,5	49,2	50,1	51,1	52,7	53,8	55,0	55,3	56,2	58,1	59,1
Grécia	38,1	38,1	40,2	36,0	36,4	36,7	41,3	42,0	39,2	40,3	40,3	41,4	42,8
Irlanda	42,6	44,0	44,2	44,6	45,7	46,4	46,6	46,9	48,0	48,4	50,6	53,2	54,2
Islândia	44,4	44,5	46,6	46,7	47,3	47,3	47,9	48,8	50,0	50,9	50,9	51,7	52,6
Itália	36,4	37,5	38,6	39,3	40,1	41,0	45,5	46,2	47,5	48,0	49,1	51,5	53,6
Japão	48,1	48,9	49,4	50,1	51,5	52,0	52,7	53,3	53,9	54,3	54,7	56,0	56,3
Luxemburgo	42,5	42,5	42,4	44,4	46,5	47,6	49,0	51,2	55,7	55,9	57,1	56,3	62,0
Noruega	48,8	53,6	54,7	55,3	55,5	57,5	58,7	59,7	61,3	61,8	61,7	64,3	64,6
Nova Zelândia	-	53,4	53,2	53,3	53,9	54,0	53,8	53,8	56,1	55,4	56,1	55,7	56,7
Países Baixos	55,1	56,3	57,1	57,9	58,6	59,8	60,5	61,3	62,0	62,1	64,8	67,1	68,1
Portugal	32,6	32,8	37,4	38,2	38,2	38,6	34,4	33,9	34,4	35,9	37,4	37,0	40,7
Reino Unido	51,6	54,2	54,7	54,9	56,4	57,3	57,3	57,6	58,4	59,4	60,9	63,8	64,5
Suécia	54,6	55,8	56,1	56,3	57,1	58,4	59,6	60,9	61,7	62,2	63,1	64,7	65,1
Suíça	44,1	45,3	46,5	45,4	47,1	47,9	48,8	48,9	53,3	53,3	53,7	55,3	55,7
Turquia	16,7	18,2	21,5	21,1	21,9	21,4	30,6	22,6	23,0	23,3	23,5	24,5	24,8

FONTE: L'OBSERVATEUR DE L'OCDE (). Paris. (Vários números).

Vê-se claramente que, nestes últimos 15 anos, o emprego agrícola vem perdendo participação em todos os países que compõem a Organização. É difícil prever até quando continuará a queda do emprego agrícola, pois isso depende de vários fatores. No entanto parece que alguns países já estão atingindo esses limites, como é o caso do Reino Unido, com uma participação constante em torno de 2,7%, da Austrália, com 6,5%, e da Bélgica, em torno de 3%, dentre outros.

Mas essa queda de participação do emprego agrícola ocorre, como se viu, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul. A novidade está no emprego industrial. Com exceção da Grécia e da Turquia (que não poderiam ser considerados desenvolvidos), todos os demais países da OCDE têm diminuído a participação do emprego industrial na população ativa total. Isso significa, obviamente, que está ocorrendo uma terciarização das atividades econômicas dessas sociedades.¹¹

Se esses países são o futuro onde nós devemos nos mirar, parece então que o nosso setor industrial (tanto brasileiro como gaúcho) continuará a ser ainda uma alternativa factível na absorção de força de trabalho, embora não se espere (e nem parece ser este o seu papel) que solucione de vez o problema do emprego em nossa economia. Essa proposição fundamenta-se na observação de que o emprego industrial no Brasil e na economia gaúcha continuava crescendo mesmo quando ocorria uma queda na participação do emprego industrial daqueles países. Além disso, nós ainda não atingimos aquelas participações a partir das quais passou a ocorrer a queda.

3 — A estrutura, segundo o tamanho, dos estabelecimentos industriais

Da seção anterior depreende-se que tanto o Brasil como o Rio Grande do Sul têm diversificado a sua estrutura industrial, onde os bens intermediários, de capital e de consumo duráveis vêm aumentando a sua participação no valor da produção ao longo do tempo. No entanto, apesar dessas modificações estruturais, a indústria brasileira e principalmente a gaúcha apresentam uma elevada participação da produção de bens de consumo não duráveis (Tabela 2).

Outra característica relevante da estrutura das indústrias brasileiras e gaúchas refere-se à importância relativa dos estabelecimentos de diferentes tamanhos. Essa característica é importante na medida em que os distintos tamanhos de plantas repercutem sobre a estrutura do mercado manufatureiro, bem como sobre os níveis de produtividade e eficiência dos estabelecimentos industriais (Laos, 1985).

As Tabelas de 9 a 13 apresentam a distribuição dos estabelecimentos industriais de acordo com o pessoal ocupado. Da comparação das participações dos diferentes estratos de tamanho no número de estabelecimentos, no emprego, no valor

¹¹ Isso não significa dizer que o Setor Terciário é o que comandaria o processo de desenvolvimento dessas economias, já que o crescimento desse setor é, no geral, reflexo do desempenho dos chamados setores produtivos da economia (agricultura e indústria).

da produção e no Valor da Transformação Industrial podemos tirar algumas conclusões:

- a) o padrão geral de desenvolvimento industrial seguido no Brasil, no Rio Grande do Sul e em algumas das principais unidades da Federação foi de uma constante modernização de seus estabelecimentos, na medida em que foi-se reduzindo a participação relativa dos chamados estabelecimentos artesanais¹² e aumentando as dos médios e grandes;
- b) no entanto essa modernização não foi de igual intensidade entre as unidades da Federação. A velocidade da queda da participação dos estabelecimentos de uma a quatro pessoas ocupadas foi mais acentuada no Rio de Janeiro e em São Paulo do que em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e na média brasileira. O Estado gaúcho apresentava, em 1980, a mais elevada participação relativa desses estabelecimentos no total da indústria (48,9%);
- c) as diferenças no tamanho dos estabelecimentos estão relacionadas com diferenças na tecnologia. De um modo geral, as grandes plantas industriais utilizam processos de produção onde há uma maior proporção de máquinas e equipamentos por unidade de produto, enquanto os pequenos estabelecimentos usam tecnologias que, em termos relativos, são intensivas em mão-de-obra. Em decorrência, os grandes estabelecimentos atendem a um mercado mais amplo, o que lhes permite a realização de economias de escala. Isso se manifesta, em 1980, por exemplo, em um valor adicionado por estabelecimento, nas plantas que empregam mais de 500 pessoas, que chega a ser quase 2.000 vezes — no caso brasileiro —¹³ o valor adicionado por estabelecimento naqueles que empregam de uma a quatro pessoas;
- d) a descrição anterior põe em manifesto a pluralidade tecnológica existente entre as plantas industriais do País. Essa diferença de tecnologia repercute não só na produtividade entre os diversos estratos de tamanho, como também nas diferenças de produtividade dos estabelecimentos entre as unidades da Federação. Conforme mostra a Tabela 14, no primeiro caso a produtividade por pessoa ocupada¹⁴ nos estabelecimentos que empregam mais de 500 pessoas é, em média, 5,4 vezes maior do que a dos estabelecimentos que empregam de uma a quatro pessoas. No segundo caso, a produtividade por empregado nos estabelecimentos gaúchos é 22% mais baixa do que a equivalente nacional e 32% menor do que a dos empregados nos estabelecimentos paulistas;

¹² Considerados aqueles com até quatro pessoas ocupadas. Algumas publicações consideram como semi-artesanais os estabelecimentos com seis a 19 operários (IPEA, 1968).

¹³ A maior diferença ocorre em Minas Gerais, onde essa cifra é de 3.500 vezes; e a menor, no Rio Grande do Sul, com 1.100 vezes.

¹⁴ Valor da Transformação Industrial dividido pelo pessoal ocupado.

e) os dados evidenciam também a crescente concentração da produção nos estabelecimentos que empregam mais de 100 pessoas. No caso brasileiro, esses estabelecimentos, que detinham 53% do valor da produção em 1949, passaram para 69,8% em 1980.¹⁵ Para o Rio Grande do Sul, essas cifras eram 37,1% e 70,5% respectivamente. O caso mais notável foi o de Minas Gerais, que dobrou essa participação. Esse fenômeno é uma tendência que se manifesta em todas as economias de mercado (Sylos-Labini, 1984), pois a luta competitiva entre as diferentes unidades de capital faz com que sobrevivam apenas as mais aptas. Para isso, elas têm que ser as mais eficientes. A eficiência, ou produtividade, está, por sua vez, positivamente relacionada com o tamanho da planta. Assim, esses valores mostram também o caráter cada vez mais oligopólico de nossa estrutura industrial.

Tabela 9

Distribuição percentual dos estabelecimentos industriais, do pessoal ocupado, do Valor Bruto da Produção e do Valor da Transformação Industrial, segundo grupos de pessoal ocupado, no Brasil - 1949-1980

a) estabelecimentos e pessoal ocupado

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS					PESSOAL OCUPADO				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	1,3	1,2	0,3	0,7	2,5	-	-	-	-	-
De 1 a 4 pessoas	62,9	60,2	60,7	48,2	41,3	9,3	8,6	7,8	5,6	4,6
De 5 a 9 pessoas	15,1	18,7	17,2	21,2	22,2	6,9	7,4	6,8	7,6	6,2
De 10 a 19 pessoas	9,3	9,2	9,6	12,6	14,6	8,3	7,6	7,9	8,1	8,4
De 20 a 49 pessoas	6,5	5,9	6,8	9,5	10,7	12,4	11,0	12,7	13,9	14,1
De 50 a 99 pessoas	2,4	2,3	2,7	3,9	4,2	9,8	9,6	11,3	13,1	12,6
De 100 a 249 pessoas	1,5	1,5	1,7	2,2	3,0	14,1	13,7	16,0	14,5	19,6
De 250 a 499 pessoas	0,6	0,6	0,6	1,3	1,0	12,2	13,1	13,5	19,5	14,7
De 500 e mais pessoas	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	27,0	29,0	24,0	18,5	19,8
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

b) Valor Bruto da Produção e Valor da Transformação Industrial

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO					VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	0,3	0,1	0,3	0,5	0,6	-	0,1	0,2	0,3	0,5
De 1 a 4 pessoas	10,0	4,9	3,6	2,2	1,0	-	4,4	3,1	2,0	1,1
De 5 a 9 pessoas	2,1	6,5	4,1	3,7	2,0	-	5,4	3,5	3,5	2,0
De 10 a 19 pessoas	7,9	7,4	5,9	5,6	4,6	-	6,4	5,3	5,6	4,5
De 20 a 49 pessoas	12,0	10,5	10,5	11,3	10,4	-	9,8	10,0	11,8	10,4
De 50 a 99 pessoas	9,7	9,2	10,8	12,2	11,6	-	8,9	10,5	12,8	12,0
De 100 a 249 pessoas	14,7	14,6	18,1	17,4	22,9	-	14,6	18,1	17,6	21,9
De 250 a 499 pessoas	12,9	13,8	15,6	21,8	20,1	-	14,3	15,5	22,1	19,8
De 500 e mais pessoas	25,4	33,0	31,1	25,3	26,8	-	36,1	33,8	24,3	27,8
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: Brasil (1958-68-74-81-84). Rio de Janeiro, IBGE.

¹⁵ Ver Tabelas de 8 a 12, já citadas.

Tabela 10

Distribuição percentual dos estabelecimentos industriais, do pessoal ocupado, do Valor Bruto da Produção e do Valor da Transformação Industrial, segundo grupos de pessoal ocupado, no Rio Grande do Sul - 1949-1980

a) estabelecimentos e pessoal ocupado

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS					PESSOAL OCUPADO				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	1,2	1,1	0,5	0,5	1,9	-	-	-	-	-
De 1 a 4 pessoas	71,3	67,8	66,3	56,8	48,9	16,7	13,0	10,4	6,9	5,1
De 5 a 9 pessoas	13,1	13,6	14,1	17,4	17,6	10,6	8,3	7,4	6,4	4,9
De 10 a 19 pessoas	6,9	7,9	8,5	10,6	13,0	10,9	10,0	9,4	8,0	7,5
De 20 a 49 pessoas	4,5	5,7	6,1	7,8	9,8	15,4	16,6	15,2	13,3	12,5
De 50 a 99 pessoas	1,8	2,3	2,5	3,3	4,0	13,2	14,8	14,4	12,6	11,7
De 100 a 249 pessoas	0,9	1,1	1,4	2,1	3,3	13,8	15,3	17,4	15,8	21,6
De 250 a 499 pessoas	0,2	0,3	0,4	1,1	1,1	6,0	9,2	11,8	18,1	16,2
De 500 e mais pessoas	0,1	0,2	0,2	0,4	0,5	13,4	12,8	14,9	18,9	20,5
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

b) Valor Bruto da Produção e Valor da Transformação Industrial

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO					VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	0,3	0,3	1,1	0,2	0,5	-	0,2	0,6	0,2	0,5
De 1 a 4 pessoas	0,9	7,0	4,9	2,4	1,4	-	7,0	4,3	2,7	1,7
De 5 a 9 pessoas	7,5	7,0	5,5	3,4	1,9	-	6,9	5,1	3,7	2,2
De 10 a 19 pessoas	10,9	9,6	8,3	5,6	4,5	-	9,6	7,9	5,9	5,1
De 20 a 49 pessoas	17,8	17,0	15,1	11,6	10,1	-	16,2	15,1	11,9	10,6
De 50 a 99 pessoas	5,5	16,3	15,2	13,1	11,1	-	15,5	15,0	13,1	11,3
De 100 a 249 pessoas	16,5	18,5	21,3	25,8	28,8	-	16,4	20,0	22,2	27,2
De 250 a 499 pessoas	6,4	14,0	12,9	20,1	18,1	-	16,5	13,8	19,4	19,0
De 500 e mais pessoas	14,2	10,3	15,8	17,8	23,6	-	11,7	17,7	20,9	22,4
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: Rio Grande do Sul (1956-66-74-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 11

Distribuição percentual dos estabelecimentos industriais, do pessoal ocupado, do Valor Bruto da Produção e do Valor da Transformação Industrial, segundo grupos de pessoal ocupado, no Rio de Janeiro - 1949-1980

a) estabelecimentos e pessoal ocupado

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS					PESSOAL OCUPADO				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	10,8	0,5	0,1	0,7	0,6	-	-	-	-	-
De 1 a 4 pessoas	55,9	58,7	55,0	27,9	24,8	8,9	6,0	5,9	2,5	2,2
De 5 a 9 pessoas	14,7	20,9	18,5	28,8	27,7	5,4	5,4	5,5	6,4	5,8
De 10 a 19 pessoas	7,7	8,7	12,3	17,9	20,3	5,7	4,8	7,4	8,0	8,5
De 20 a 49 pessoas	4,9	4,9	7,3	13,1	14,4	8,1	6,0	10,0	13,2	13,9
De 50 a 99 pessoas	2,4	2,5	2,9	5,7	5,8	8,9	7,3	8,9	13,1	12,8
De 100 a 249 pessoas	2,1	2,0	2,1	3,1	4,2	17,0	13,0	15,0	14,7	20,1
De 250 a 499 pessoas	0,9	1,0	1,1	2,1	1,4	17,3	14,9	16,5	20,8	15,0
De 500 e mais pessoas	0,6	0,8	0,7	0,7	0,8	28,7	42,6	30,9	21,3	21,6
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(continua)

Tabela 12

Distribuição percentual dos estabelecimentos industriais, do pessoal ocupado, do Valor Bruto da Produção e do Valor da Transformação Industrial, segundo grupos de pessoal ocupado, em São Paulo - 1949-1980

a) estabelecimentos e pessoal ocupado

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS					PESSOAL OCUPADO				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	13,3	1,0	0,2	0,7	0,8	—	—	—	—	—
De 1 a 4 pessoas	51,2	54,6	49,0	35,9	25,4	8,8	5,4	4,3	3,0	1,9
De 5 a 9 pessoas	12,7	18,7	19,0	22,0	23,6	5,2	5,2	4,8	4,8	4,2
De 10 a 19 pessoas	9,1	10,7	12,6	15,8	19,0	7,0	6,3	6,7	7,1	7,0
De 20 a 49 pessoas	7,6	7,9	10,2	13,6	16,4	12,1	10,5	12,2	13,9	14,0
De 50 a 99 pessoas	2,8	3,1	4,3	6,1	7,2	9,9	9,5	11,8	14,0	13,8
De 100 a 249 pessoas	2,0	2,3	2,9	3,4	5,0	15,3	15,2	17,6	15,6	21,1
De 250 a 499 pessoas	0,8	1,0	1,1	2,2	1,7	13,7	14,9	14,7	20,3	16,0
De 500 e mais pessoas	0,6	0,7	0,7	0,7	0,9	28,1	33,0	27,8	21,3	22,0
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

b) Valor Bruto da Produção e Valor da Transformação Industrial

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO					VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	1,4	0,1	0,2	0,6	0,8	—	0,1	0,1	0,3	0,6
De 1 a 4 pessoas	9,5	3,5	2,5	1,5	0,6	—	3,1	2,0	1,4	0,6
De 5 a 9 pessoas	4,9	5,0	3,2	2,8	1,6	—	4,2	2,6	2,8	1,5
De 10 a 19 pessoas	7,2	6,1	4,9	4,9	4,0	—	5,2	4,4	5,0	3,8
De 20 a 49 pessoas	11,7	9,1	9,6	11,1	10,4	—	8,9	9,1	11,7	10,3
De 50 a 99 pessoas	9,0	8,6	10,8	12,0	11,7	—	8,3	10,7	12,7	12,2
De 100 a 249 pessoas	15,4	14,4	18,7	18,0	20,6	—	14,9	18,9	18,2	20,9
De 250 a 499 pessoas	14,8	14,5	15,5	21,0	21,2	—	15,2	16,3	22,4	21,1
De 500 e mais pessoas	26,0	38,7	34,5	28,1	29,0	—	40,1	35,8	25,4	28,9
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: São Paulo (1955-66-74-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 11

Distribuição percentual dos estabelecimentos industriais, do pessoal ocupado, do Valor Bruto da Produção e do Valor da Transformação Industrial, segundo grupos de pessoal ocupado, no Rio de Janeiro - 1949-1980

b) Valor Bruto da Produção e Valor da Transformação Industrial

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO					VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	1,0	0,0	0,0	0,3	0,1	—	0,0	0,1	0,2	0,1
De 1 a 4 pessoas	8,5	3,5	1,1	1,0	0,5	—	3,0	2,6	1,1	0,6
De 5 a 9 pessoas	5,2	3,6	2,2	2,5	1,6	—	3,2	2,3	2,6	1,8
De 10 a 19 pessoas	5,2	3,3	3,5	3,7	3,7	—	3,8	3,6	3,9	4,5
De 20 a 49 pessoas	8,0	4,8	6,0	8,4	8,2	—	3,7	6,2	8,9	8,8
De 50 a 99 pessoas	7,3	6,9	5,7	9,6	8,9	—	5,7	5,2	10,4	10,6
De 100 a 249 pessoas	17,7	15,8	12,4	16,3	29,2	—	13,2	13,8	18,1	23,7
De 250 a 499 pessoas	21,3	12,2	19,2	24,6	18,9	—	11,2	19,3	21,8	18,4
De 500 e mais pessoas	25,7	50,0	47,8	33,6	28,8	—	57,1	47,0	33,0	31,5
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: Rio de Janeiro (1956-66-74-80-84) Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 13

Distribuição percentual dos estabelecimentos industriais, do pessoal ocupado, do Valor Bruto da Produção e do Valor da Transformação Industrial, segundo grupos de pessoal ocupado, em Minas Gerais - 1949-1980

a) estabelecimentos e pessoal ocupado

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS					PESSOAL OCUPADO				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	11,7	3,8	0,7	0,9	6,2	-	-	-	-	-
De 1 a 4 pessoas	66,9	68,1	70,0	59,2	48,5	18,1	12,7	11,6	8,4	6,9
De 5 a 9 pessoas	10,6	15,5	15,0	18,2	20,0	7,2	8,6	8,1	7,4	7,4
De 10 a 19 pessoas	4,9	6,2	6,6	9,7	11,7	7,3	7,3	7,4	8,1	8,9
De 20 a 49 pessoas	3,3	3,4	4,2	6,4	7,8	11,1	9,0	10,9	12,1	13,4
De 50 a 99 pessoas	1,1	1,5	1,6	2,6	2,7	7,0	8,8	9,3	11,5	10,6
De 100 a 249 pessoas	0,8	0,9	1,2	1,6	2,1	11,7	11,3	15,3	14,2	18,7
De 250 a 499 pessoas	0,4	0,4	0,4	1,0	0,7	13,3	12,4	11,5	19,6	13,5
De 500 e mais pessoas	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	24,3	29,8	25,8	18,7	20,6
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

b) Valor Bruto da Produção e Valor da Transformação Industrial

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO					VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL				
	1949	1959	1970	1975	1980	1949	1959	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado	1,3	0,4	0,4	0,2	0,3	-	0,3	0,2	0,1	0,3
De 1 a 4 pessoas	27,1	10,2	4,7	2,6	1,4	-	7,7	4,1	2,7	1,6
De 5 a 9 pessoas	10,0	10,0	4,8	3,8	2,1	-	7,7	3,7	3,4	2,1
De 10 a 19 pessoas	10,1	9,3	6,4	5,1	4,5	-	7,3	5,7	4,6	4,0
De 20 a 49 pessoas	10,7	12,0	8,3	8,5	8,5	-	10,9	8,2	9,5	8,0
De 50 a 99 pessoas	6,0	8,5	8,2	12,0	10,3	-	8,7	8,1	13,8	10,6
De 100 a 249 pessoas	9,6	10,2	16,7	14,4	18,2	-	10,9	16,8	16,6	19,5
De 250 a 499 pessoas	8,0	10,7	15,7	28,1	18,5	-	11,6	10,8	26,4	17,2
De 500 e mais pessoas	17,2	28,6	34,8	25,2	36,3	-	34,7	42,4	22,9	36,8
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: Minas Gerais (1955-66-74-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 14

Níveis de produtividade, por estratos de tamanho, das indústrias brasileira e de estados selecionados - 1980

(Cz\$ 1 000,00)

GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS
De 1 a 4 pessoas	200,0	215,9	233,0	303,8	180,1
De 5 a 9 pessoas	258,7	273,0	267,4	319,9	226,1
De 10 a 19 pessoas	432,0	426,4	456,4	502,2	361,9
De 20 a 49 pessoas	591,8	527,5	553,9	680,9	479,1
De 50 a 99 pessoas	761,4	601,5	723,5	816,5	797,4
De 100 a 249 pessoas	899,6	790,9	1 027,0	912,5	832,2
De 250 a 499 pessoas	1 081,6	736,0	1 064,5	1 215,8	1 018,3
500 pessoas e mais	1 126,3	683,1	1 268,3	1 208,8	1 420,1
TOTAL	802,6	625,3	872,0	920,8	798,5

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil e Estados (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

Apêndice estatístico: Produto Interno Bruto do Brasil e das demais unidades da Federação

Tabela 1

Produto Interno Bruto, a custo dos fatores, do Brasil e das demais unidades da Federação - 1970-1980

DISCRIMINAÇÃO	1970		1975		1980	
	Valor (Cz\$)	%	Valor (Cz\$)	%	Valor (Cz\$)	%
Brasil	160 778 993	100,0	869 281 467	100,0	12 282 003 624	100,0
Rio Grande do Sul	13 831 181	8,6	74 854 411	8,6	980 162 444	8,0
Paraná	8 731 189	5,4	58 308 500	6,7	715 833 925	5,8
Santa Catarina	4 305 369	2,7	24 291 306	2,8	391 603 155	3,2
São Paulo	63 389 071	39,4	340 712 955	39,2	4 604 578 963	37,5
Rio de Janeiro	26 799 326	16,7	133 646 214	15,4	1 743 307 916	14,2
Espírito Santo	1 891 878	1,2	9 219 464	1,1	178 373 461	1,5
Minas Gerais	13 310 011	8,3	74 661 160	8,6	1 140 026 036	9,3
Maranhão	1 323 555	0,8	6 599 642	0,8	103 748 829	0,8
Piauí	589 767	0,4	3 256 762	0,4	46 510 753	0,4
Ceará	2 315 247	1,4	11 477 566	1,3	189 458 253	1,5
Rio Grande do Norte	861 616	0,6	5 167 351	0,6	75 045 221	0,6
Paraíba	1 145 447	0,7	6 152 657	0,7	80 120 524	0,7
Pernambuco	4 681 172	2,9	23 684 150	2,7	311 719 624	2,5
Alagoas	1 093 184	0,7	5 614 283	0,7	81 677 630	0,7
Sergipe	694 191	0,4	3 496 804	0,4	49 487 800	0,4
Bahia	6 116 379	3,8	32 822 545	3,8	533 674 432	4,3
Rondônia	166 921	0,1	1 046 047	0,1	29 156 811	0,2
Acre	205 627	0,1	692 787	0,1	14 349 798	0,1
Amazonas	1 106 121	0,7	6 517 973	0,7	134 017 150	1,1
Roraima	51 390	0,0	296 236	0,0	5 203 555	0,0
Pará	1 765 208	1,1	9 152 290	1,0	187 870 921	1,5
Amapá	180 266	0,1	524 679	0,1	8 710 665	0,1
Mato Grosso	1 752 420	1,1	3 821 565	0,4	72 952 173	0,6
Goiás	2 439 970	1,5	13 924 557	1,6	226 977 439	1,9
Distrito Federal	2 032 487	1,3	12 218 558	1,4	243 827 263	2,0
Mato Grosso do Sul	—	—	7 121 005	0,8	133 608 883	1,1

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1987). Contas nacionais 1970-1980. Rio de Janeiro, FGV, 41(5):58-72, maio.

Tabela 2

Participação percentual do Produto Interno Bruto, por setores, das unidades da Federação no total do Brasil - 1970-1980

DISCRIMINAÇÃO	1970			1975			1980		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rio Grande do Sul	15,9	6,3	8,2	14,3	7,5	8,0	12,6	7,4	7,5
Paraná	12,1	3,0	5,3	16,9	4,0	6,0	11,7	4,9	5,4
Santa Catarina	5,4	2,7	2,1	5,0	3,3	2,0	5,3	3,9	2,3
São Paulo	18,0	56,4	35,0	15,8	55,0	35,5	14,3	47,2	34,8
Rio de Janeiro	2,4	15,3	20,6	2,2	13,0	19,6	2,0	11,9	18,2
Espírito Santo	2,0	0,5	1,4	1,8	0,7	1,1	2,1	1,2	1,5
Minas Gerais	11,9	6,8	8,3	12,3	6,6	8,9	16,2	8,7	8,4
Maranhão	2,8	0,2	0,7	2,6	0,2	0,7	2,6	0,5	0,8
Piauí	0,9	0,1	0,4	0,9	0,1	0,4	0,8	0,2	0,4
Ceará	2,2	0,8	1,6	2,3	0,8	1,4	2,3	1,1	1,7
Rio Grande do Norte	0,8	0,3	0,6	1,0	0,4	0,6	0,8	0,5	0,7
Paraíba	1,5	0,3	0,7	1,6	0,5	0,7	1,1	0,4	0,7
Pernambuco	3,3	2,1	3,3	2,8	2,2	3,0	2,7	2,1	2,8
Alagoas	1,6	0,4	0,7	1,4	0,4	0,6	1,5	0,4	0,7
Sergipe	0,7	0,4	0,4	0,6	0,4	0,4	0,7	0,3	0,4
Bahia	7,0	2,4	3,8	6,5	2,6	3,8	6,9	4,0	4,1
Rondônia	0,2	0,0	0,1	0,3	0,0	0,1	0,5	0,2	0,2
Acre	0,4	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1	0,3	0,1	0,1
Amazonas	1,3	0,4	0,7	1,0	0,7	0,7	0,9	1,4	0,9
Roraima	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Pará	2,0	0,5	1,3	2,0	0,5	1,1	3,1	1,3	1,4
Amapá	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Mato Grosso	3,2	0,3	1,0	0,9	0,2	0,5	1,4	0,3	0,7
Goiás	4,2	0,5	1,5	4,9	0,1	1,7	5,2	1,0	1,8
Distrito Federal	0,0	0,1	2,2	0,1	0,6	2,2	0,1	0,5	3,4
Mato Grosso do Sul	-	-	-	2,4	0,2	0,8	4,7	0,4	0,9

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1987). Contas nacionais 1970-1980. Rio de Janeiro, FGV, 41(5):58-72, maio.

Tabela 3

Participação percentual de cada setor no Produto Interno Bruto, a custo de fatores, do Brasil e das demais unidades da Federação - 1970-1980

DISCRIMINAÇÃO	1970			1975			1980		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Brasil	12,6	30,6	56,8	12,4	31,6	56,0	10,0	38,3	51,7
Rio Grande do Sul	23,2	22,4	54,4	20,5	27,6	51,9	15,8	35,5	48,7
Paraná	28,0	16,9	55,1	31,1	18,8	50,1	20,1	32,4	47,5
Santa Catarina	25,2	30,5	44,3	22,0	37,6	40,4	16,5	47,0	36,5
São Paulo	5,7	43,9	50,4	5,0	44,3	50,7	3,8	48,2	48,0
Rio de Janeiro	1,8	28,1	70,1	1,8	26,7	71,5	1,4	32,1	66,5
Espírito Santo	20,8	13,1	66,1	20,5	20,1	59,4	14,6	32,6	52,8
Minas Gerais	18,0	25,4	56,6	17,7	24,3	58,0	17,7	35,7	46,6
Maranhão	43,2	8,4	48,4	42,6	8,6	48,8	31,1	20,7	48,2
Piauí	31,7	7,0	61,3	30,9	8,1	61,0	22,2	19,9	57,9
Ceará	19,0	16,6	64,4	21,2	18,6	60,2	15,1	27,6	57,3
Rio Grande do Norte	18,7	16,7	64,6	21,3	22,5	56,2	12,8	30,8	56,4
Paraíba	26,8	14,8	58,4	28,6	20,1	51,3	17,4	24,8	57,8
Pernambuco	14,2	21,9	63,9	12,8	25,8	61,4	10,8	31,2	58,0
Alagoas	28,6	16,8	54,6	27,5	18,1	54,4	23,0	21,5	55,5
Sergipe	21,3	25,6	53,1	18,0	27,2	54,8	16,4	29,6	54,0
Bahia	23,2	19,9	56,9	21,1	21,8	57,1	15,9	35,7	48,4
Rondônia	21,6	12,7	65,7	27,1	13,4	59,5	20,8	26,6	52,6
Acre	41,0	2,9	56,1	36,6	5,5	57,9	24,8	22,5	52,7
Amazonas	23,8	15,5	60,7	16,8	28,4	54,8	8,6	50,6	40,8
Roraima	34,6	3,9	61,5	32,9	5,5	61,6	18,2	16,3	65,5
Pará	22,8	12,4	64,8	23,5	16,3	60,2	20,1	31,3	48,6
Amapá	8,2	58,9	32,9	15,5	21,7	62,8	15,3	30,9	53,8
Mato Grosso	36,6	8,9	54,5	32,9	10,8	56,3	36,6	15,9	47,5
Goiás	34,7	9,2	56,1	37,5	2,5	60,0	27,9	21,8	50,3
Distrito Federal	0,4	2,7	96,9	0,5	13,2	86,3	0,4	9,0	90,6

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1987). Contas nacionais 1970-1980. Rio de Janeiro, FGV, 41(5):58-72, maio.

Bibliografia

- AZEVEDO, Beatriz R. Z. de (1981). A produção não tipicamente capitalista: diversas abordagens. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 2(2):33-74.
- BANCO MUNDIAL (). *Informe sobre el desarrollo mundial 1979-1982*. Washington.
- CASTRO, Antônio Barros de (1971). *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense. v.2.
- ____ (1972). *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro, Forense. 2v.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1940-50-60-70-80: Brasil (1950-56-60-73-83). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1940-50-60-70-80: Rio Grande do Sul (1950-55-60-73-83). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil e Estados (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: Brasil (1958-68-74-81-84). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: Minas Gerais (1955-66-74-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: Rio Grande do Sul (1956-66-74-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: Rio de Janeiro (1956-66-74-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSO INDUSTRIAL 1950-60-70-75-80: São Paulo (1955-66-74-80-84). Rio de Janeiro, IBGE.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1987). Contas nacionais 1970-1980. Rio de Janeiro, FGV, 41(5):58-72, maio.
- COSTA, Achyles B. da & PASSOS, Maria C. (1987). Crescimento e crise na indústria gaúcha: 1959-85. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 8(1):3-20. p.7.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1987). *Contas regionais, produto interno do Rio Grande do Sul: 1970-1985*. Porto Alegre, 129p.
- ____ (1975). *Uma visão global da economia do Estado*. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 1).
- IPEA (1968). *A industrialização no Brasil: diagnósticos e perspectivas*. Rio de Janeiro.
- KOWARICK, Lúcio (1978). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAOS, Enrique Hernández (1985). *La productividad y el desarrollo industrial en México*. México, Fondo de Cultura Económica.

- LIMA, Ricardo (1980). Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 10(1):217-72, abr.
- MATA, Milton da (1978). Crescimento industrial e absorção de mão-de-obra. In: SUZIGAN, Wilson, ed. **Indústria: política, instituições e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- L'OBSERVATEUR DE L'OCDE (). Paris. (Vários números).
- PEÑALVER, Manuel et alii (1983). **Política industrial e exportação de manufaturados do Brasil**. Rio de Janeiro, FGV.
- PRANDI, José R. (1978). **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Símbolo.
- SCHNEIDER, Ver M. (). **Os incentivos fiscais e a abertura da economia gaúcha**. /s.n.t./ (Dissertação de Mestrado, inédita).
- SOUZA, Paulo Renato (1980). **Emprego, salários e pobreza**. São Paulo, HUCITEC/UNICAMP.
- SYLOS-LABINI, Paolo (1984). **Oligopólio e progresso técnico**. São Paulo, Abril Cultural.
- TAVARES, Maria da Conceição (1977). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 6.ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- VARGAS, Marco Antonio (1987). **Mercado informal de trabalho e o modelo brasileiro de crescimento**. Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas [UFRGS]. (mimeo.).
- ZERKOWSKI, Ralph Miguel & VELOSO Maria Alice de Gusmão (1982). Seis décadas de economia brasileira através do PIB. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, 36(3):331-8, ju./set.

Abstract

This article is composed of three parts. The first studies the changes in the structure of the Brazilian economy between 1930 and 1945, comparing them to the ones occurred in Rio Grande do Sul and calling attention to the late industrialization of this state. The differences of the weights of the larger industrial sectors (durables, non-durables, capital goods and industrial inputs) in the composition of the industries of Rio Grande do Sul and Brazil are also analyzed. The second part discusses the role of industrialization in the creation of new jobs in Rio Grande do Sul and Brazil, compared to the experiences of mature industrial economies. The third part studies the relative efficiency of the industry of Rio Grande do Sul, compared to the Brazilian industry, based on the analysis of the size of industrial plants in terms of number of workers.